



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
São Luís-MA, CEP 65020-070
- <http://huufma.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23523.033366/2021-02

1. **OBJETO**

1.1. O presente projeto tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos em **Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde dos grupos "A", "B" e "E", conforme RDC 222/2018, nas especificações e quantidades constantes no item 4**, com execução de serviços prevista para 36 (trinta e seis) meses.

2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação objetiva assegurar as condições mínimas de segurança nas etapas de manejo do gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde, especialmente na coleta, transporte externo, tratamento e destinação final dos Resíduos do Serviço de Saúde gerados pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA Filial EBSEH, com vista a preservar a Saúde Pública e ao Meio Ambiente, bem como atender as exigências das legislações vigentes: RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 e RDC CONAMA nº 358 de 29/04/2005, Normas Técnicas da ABNT, Leis e Decretos que regulamentam a prestação de serviços, objeto deste Projeto Básico.

2.2. O tratamento dos resíduos gerados pelos serviços de saúde prestados por este Hospital Universitário da UFMA visa cumprir, também, às exigências estabelecidas pelos órgãos competentes, tais como Secretária Estadual de Meio Ambiente - SEMA, Secretária Municipal de Meio Ambiente - SMMA, Vigilância Sanitária e Ministério Público de acordo com a estimativa da necessidade e com a devida autorização e aprovação da Autoridade competente, conforme consta no presente processo.

2.3. Considerando que a etapa do tratamento dos RSS, que consiste na aplicação de processo que modifique as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano ao meio ambiente ou à saúde pública (art. 3º, inciso LXIII - RDC n.º 222/2018) por meio de processos que garantam a redução e/ou eliminação da carga microbiana destes resíduos, antes da sua destinação final.

2.4. Considerando o elevado grau de contaminação que os resíduos do grupo A (infectante), B (químico) e E (perfurocortante), se faz necessário um transporte e tratamento diferenciado em relação aos demais, sendo necessária a aplicação de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana (RDC n.º 222/2018).

2.5. Considerando que o HU-UFMA/EBSEH não possui os equipamentos adequados e necessários para a realização deste procedimento nas dependências da instituição, faz necessário a contratação de empresa especializada, qualificada e regulada junto aos órgão de controle, para tratar os resíduos gerados na instituição, a fim que a disposição final seja realizada de forma ambientalmente adequada.

2.6. Considerando que a ausência deste serviço neste Hospital Universitário ensejaria impactos negativos aos usuários em geral, colocando em risco sua saúde e segurança, e à sociedade e ao meio ambiente, no momento em que estes resíduos seriam descartados de forma irregular, pondo em risco a saúde da população e ocasionando degradação do meio ambiente. Além disso, a instituição seria notificada pelos órgãos de controle por não cumprimento à legislação que rege sobre o assunto.

2.7. Considerando os fatos expostos, além do encerramento da vigência contratual em **23 de maio de 2022**, do IV Termo Aditivo do CTO n.º 28/2017 (RP SIDEC 009/2017) celebrado com a empresa Maxtec Serviços Gerais, sem possibilidade de prorrogação, pelo atingimento do limite de 60 (sessenta) meses previstos em contrato, evidencia-se a relevância e necessidade em abertura de novo processo licitatório, a fim de garantir a continuidade da prestação de serviços contínuos em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde dos grupos "A", "B" e "E".

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, de caráter contínuo, tendo em vista que são geralmente ofertados por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

3.2. A contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços objeto deste Projeto Básico encontra amparo legal:

1. Lei nº 13.303/2016;
2. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;
3. Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018;
4. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
5. Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
6. Manual Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde da ANVISA;
7. Resolução CONAMA nº. 237/1997;
8. Resolução CONAMA nº. 316/2002;
9. NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT;
10. Manual de Boas Práticas de Hotelaria Hospitalar.

3.3. Às licitantes será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional - SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSEH, disponível no sítio <http://bitly.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

4. **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A Contratada deverá prestar serviços de acordo com as necessidades estabelecidas neste Projeto Básico, observado o limite máximo do quantitativo de serviços a serem disponibilizados, conforme estabelecido abaixo:

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 36 MESES
	1	0019380	RESÍDUO GRUPO "A" - PONTENCIALMENTE INFECTANTES	kg	23.200	835.200
01	2	0019380	RESÍDUO GRUPO "B" – QUÍMICOS	kg	450	16.200
	3	0019380	RESÍDUO GRUPO "E" - PERFUROCORTANTES	kg	1.000	36.000
Total para 36 meses				kg		887.400

4.2. Os itens deverão ser agrupados em GRUPOS, sendo GRUPO 01: itens 01, 02 e 03, a fim de permitir a praticidade no gerenciamento dos serviços.

4.3. **As especificações claras e detalhadas dos serviços ofertados deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim, "Descrição Detalhada" do objeto ofertado, disponível no sistema Comprasnet, sob pena de desclassificação.**

4.4. Classificação dos Resíduos Sólidos:

GRUPO A – Resíduos Infectantes, devido à presença de agentes biológicos:

1. Material proveniente de locais de isolamento, composto por resíduos ali produzidos ou que tenham entrado em contato com pacientes. Incluem-se aqui sangue e hemoderivados, restos alimentares, secreções, excreções, líquidos orgânicos de pacientes que apresentam doenças transmissíveis por estas vias.
2. Material Biológico, composto por culturas ou estoque de micro-organismos provenientes de laboratórios clínicos ou de pesquisa, meios de cultura, placas de Petri, instrumentos usados para manipular, misturar ou inocular micro-organismos, vacinas vencidas ou inutilizadas, filtros e gases aspirados de áreas altamente contaminadas.
3. Resíduos cirúrgicos e anátomos patológicos, composto por tecido, órgãos, fetos, peças anatômicas, sangue e outros líquidos resultantes de cirurgias, drenagens e biópsias.
4. Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores; filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares; sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com prions; tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo; recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica; carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações; cadáveres de animais provenientes de serviços de assistência; Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

GRUPO B – Resíduos Especiais, devido às suas características químicas:

1. Drogas quimioterápicas e produtos por elas contaminadas.
2. Resíduos farmacêuticos, compostos por medicamentos vencidos, contaminados, não mais necessários, interditados ou não utilizado.
3. Resíduos químicos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10004 da ABNT, compostos por resíduos tóxicos, corrosivos, inflamáveis, explosivos e reativos, como solventes (usado na limpeza de vidrarias de laboratório), mercúrio de termômetro e de lâmpadas fluorescentes, soluções para revelação de radiografias, etc.

GRUPO E – Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como:

1. Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e laminulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

4.5. **Tratamento e destinação dos resíduos:**

- 4.5.1. Os serviços contratados deverão ser efetuados em local apropriado de acordo com as normas legais pertinentes (leis, normas, decretos, resoluções, normas e subsídios dos órgãos federais, estaduais e municipais);
- 4.5.2. Não serão aceitas tecnologias experimentais que não comprovem operação em escala comercial, e/ou incompatíveis com o objeto da licitação;
- 4.5.3. Todos os resíduos infectantes, químicos ou radioativos coletados, deverão ser tratados por equipamentos que garantam a segurança dos resultados;
- 4.5.4. Após tratamento, os resíduos do grupo "A" e "E", serão considerados resíduos comuns enquadrados do Grupo "D";
- 4.5.5. Os resíduos sólidos dos grupos "A" e "E", não poderão ser reciclados, parágrafo 3º, art. 11 da resolução CONAMA 05/93.
- 4.5.6. Os resíduos sólidos pertencentes ao Grupo "B" deverão ser submetidos a tratamento e disposição final específicos, de acordo com as características da toxicidade, inflamabilidade, corrosividade e reatividade, segundo exigências do órgão ambiental competente.
- 4.5.7. Disposição ambientalmente adequada dos rejeitos deve observar a lei 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes e o código ambiental do município.
- 4.5.8. A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos RESÍDUOS e, qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO

5.1. Em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias.

5.2. O agrupamento é necessário em atenção ao Princípio da Padronização, diante da similaridade dos serviços e a fim de garantir a viabilidade econômica da contratação, de modo a propiciar à Administração uma consecução mais vantajosa.

5.3. Considerando as características dos serviços, não haverá parcelamento do objeto por itens, visto que, a opção pelo agrupamento exposto no objeto deste certame se faz pela conveniência e economia na gestão, similaridade entre serviços, gerenciamento e controle na execução dos serviços, em consonância com os princípios da razoabilidade e da economicidade.

5.4. Do ponto de vista técnico, a execução dos serviços será prestado de forma igualitária, independente do tipo de resíduo, a forma de acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final será a mesma, não sendo necessário nenhum outro procedimento que justifique o parcelamento da solução. Ou mesmo que seja a realização da atividade por empresas distintas.

5.5. Considerando ainda que a unidade de medida para pagamento será o quilo do resíduo gerado, desmembrar em lotes poderá acarretar em desinteresse por parte do mercado prestador de serviço, por alguns itens ter um volume menor e o custo para execução do serviço ser afetado de forma significativa. Além disso, a realização da licitação por meio de lote único acarretará numa maior racionalização quanto ao número de contratos onde, sendo apenas um, a gestão e fiscalização pode demandar menos tempo por parte da equipe de fiscalização, reduzindo gastos para a Administração Pública.

6. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A Contratada disponibilizará mão-de-obra, instrumentos, veículos, peças e acessórios necessários para a perfeita execução dos serviços de:

a) Os serviços a serem executados constam de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde dos grupos "A", "B" e "E" RDC 222/2018 gerados nas **Unidades Presidente Dutra, Materno Infantil e Anexos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA/EBSERH**.

6.2. Os Serviços serão executados conforme orientação do Setor de Hotelaria Hospitalar do Hospital Universitário da UFMA, situado na Rua Barão de Itapary, 227, São Luís MA. CEP 65020-070 Fone (98) 2109 1190 ou 1118.

7. PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do serviço a ser ofertado, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) Nome comercial / marca;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a partir da abertura;
- c) Preço unitário, mensal e total para a prestação dos serviços em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado;
- d) Declaração da licitante que possui pessoal qualificado, instalações físicas e equipamentos em quantidade suficientes e adequados para prestação do objeto da licitação.
- e) Declaração em qual Aterro Sanitário irá realizar a disposição final dos rejeitos e apresentar documento que comprove autorização para fazê-lo.
- f) **Relatório e Plano de Controle Ambiental** da coleta, transporte, tratamento, e destinação final de resíduos perigosos.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são conforme disciplinado no edital.

8.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

8.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4. Documentos complementares para a habilitação técnica:

a) **Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 03 (três) anos**, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

I - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

II - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

III - Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

IV - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

V - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

VI - Os atestados deverão corresponder a, pelo menos, **50% (cinquenta por cento) do total licitado**.

b) **Licença Ambiental Operacional (LAO)** coleta, transporte, tratamento de resíduos, e destinação final de resíduos perigosos emitida pelo órgão competente **Estadual e/ou Municipal**, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada), (RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/97);

c) **Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidora e Utilizadora de Recursos Ambientais** para tratamento e destinação de resíduos industriais e sólidos e transporte de cargas perigosas emitido pelo IBAMA.

d) Declaração de regularidade sanitária - **Alvará Sanitário** - Expedido pela Agência de Vigilância Sanitária/ANVISA;

e) Certificado de aprovação de prevenção contra incêndio e pânico - emitido pelo corpo de Bombeiros;

9. **PRAZO PARA INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. A execução dos serviços no **Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA/EBSERH** deverá ser iniciada em até **12 (doze) horas, após a emissão da nota de empenho/Ordem de Execução de Serviços**, no endereço: determinado pela Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar, no horário devidamente acordado pelas partes.

10. **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

10.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, podendo optar por caução em dinheiro ou seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério do HUUFMA.

a) Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, o HU-UFMA fica autorizada a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de **30% (trinta por cento) do valor mensal devido**, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do HU-UFMA.

b) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

10.2. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

10.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do HUUFMA.

10.4. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

10.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

10.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo HUUFMA, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

10.8. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos ao HUUFMA.

10.9. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

10.10. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, o HUUFMA reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.12. O HU-UFMA não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

11. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Apresentar, no ato da celebração do contrato, Certificado de **Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente**, da jurisdição da sede do proponente, demonstrando possuir Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro comprovadamente autorizado pelo CREA para desenvolver atividade Sanitarista, em seu quadro técnico. Caso o proponente seja de outro estado, deve apresentar certidão com visto no CREA (MA), dentro do prazo de validade, em nome do licitante;

12.2. Responsabilizar-se por todas as despesas impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ofertados.

12.3. Efetuar a execução do(s) serviço(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constantes do item 4 deste Projeto Básico, **iniciando no prazo máximo de 12 (doze) horas**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Execução de Serviço e atendendo as orientações da legislação pertinentes ao tipo de serviços a serem executados.

12.4. Substituir às suas expensas no prazo de até 01 (um) dia corrido, após o recebimento da notificação expedida pelo Hospital Universitário da UFMA, o serviço caso se constate avarias, defeitos ou em desacordo com as especificações do Edital.

12.5. Comunicar ao Hospital Universitário da UFMA, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede o prazo da execução do serviço os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de execução previsto.

12.6. A Contratada deverá fornecer recipientes (bombonas ou condicionadores similares, resistentes rígidos e estanques, com tampa rosqueável, adequados para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos), **com identificação para cada tipo e subtipo de resíduos** conforme legislação vigente, em número suficiente para a dispensação e armazenagem dos resíduos dos grupos A (biológico ou potencialmente infectante, com bombonas diferenciadas para acondicionamentos dos resíduos do grupo A1, grupo A3, grupo A4, grupo A5) B (químico) e E (perfurocortante), sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação, higienização e desinfecção dos mesmos.

12.7. Realizar a coleta dos resíduos **diariamente, no horário das 08:00 às 10:00 horas**, nos seguintes endereços:

N.º	UNIDADES/ANEXOS	ENDEREÇO
1	Unidade Presidente Dutra	Rua Barão de Itapary, 227, Centro
2	Unidade Materno Infantil	Rua Silva Jardim, 215, Centro
3	Centro de Prevenção de Doenças Renais*	Rua dos Prazeres, 83, Centro
4	Centro de Pesquisa Clínica – CEPEC*	Rua Almirante Tamandaré, 01, Centro
5	Ambulatório de Urologia e Litotripsia*	Travessa do Currupira, 47, Centro
6	PAPA DOR - Programa de Atenção ao Paciente Asmático e Casa da Dor*	Rua Barão de Itapary, 282, Centro
7	Centro de Referência em Oftalmologia*	Rua dos Prazeres, 81, Centro
8	Instituto do Fígado e Endocrinologia*	Rua das Hortas, 239, Centro
9	Banco de Tumores do Maranhão*	Rua Coelho Neto, 311, Centro
10	SAM - Serviço de Arquivo Médico*	Av. Gov. Luís Rocha, 988, Camboa
11	Ambulatório de Dermatologia / Obesidade Grave*	Rua das Hortas, 114, Centro
12	Lilian Flores - Núcleo de Estudos do Fígado*	Rua das Hortas, 120, Centro

* Conforme demandado pela Unidade de Hospitalidade.

12.7.1. Sendo a coleta garantida na frequência acima, mesmo em caso de situações adversas no processo operacional da empresa, lembrando que quando o horário de funcionamento tiver que ser alterado deverá ser comunicado ao Setor de Hotelaria Hospitalar do HUUFMA.

12.8. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução dos serviços, que não terão qualquer envolvimento empregatício do HUUFMA.

12.9. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio do HUUFMA ou a terceiros, quando da execução dos serviços. A Divisão de Hotelaria Hospitalar notificará a empresa contratada para reparar o dano causado, no prazo que fixar;

12.10. Manter seus funcionários com o uso de uniformes (calças, camisa, bota, óculos de proteção, luvas e outros), identificada com nome da empresa e com a identificação do HUUFMA, conforme modelo existente;

12.11. Obedecer às normas da ABNT quanto à prestação dos serviços de coleta de resíduos e fornecer todos os equipamentos de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções;

12.12. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;

12.13. Assegurar que todo empregado que cometa falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da Contratante;

12.14. Atender de imediato as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

12.15. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito;

- 12.16. Preservar e manter a contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários;
- 12.17. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo;
- 12.18. Na prestação do serviço a contratada deve cumprir as normas legais e infra legais:
- NBR 12235 (Armazenamento de resíduos Sólidos Perigosos);
 - NBR 11174 (Armazenamento de resíduos sólidos);
 - NBR 7500 (Símbolos de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais);
 - NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos);
 - NBR 14619 (Transporte terrestre de produtos perigosos – incompatibilidade química);
 - NBR 7501 (Transporte terrestre de produtos perigosos – terminologia);
 - NBR 7503 (Ficha de emergência e envelope para o transporte terrestre de produtos perigosos);
 - NBR 9735 (Conjunto de equipamentos para emergência no transporte terrestre de produtos perigosos);
 - NBR 12809 (Manuseio de resíduos de serviços de saúde);
 - NBR 8286 (Emprego da simbologia para o transporte rodoviário para produtos perigosos);
 - NBR 9190 (Sacos plásticos para acondicionamento de lixo);
 - NBR 13853 (Coletores para resíduos de saúde perfuro cortantes);
 - NBR 14652 (Coletor de transportador de resíduos de serviços de saúde);
 - NBR 10004 (Classificação de resíduos sólidos);
 - NBR 12810 (Coleta de resíduos de serviços de saúde).
- 12.19. Implantar de forma adequada e, em conjunto com o Setor de Hotelaria Hospitalar, a planificação, execução e supervisão permanente do serviço, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades na execução dos serviços;
- 12.20. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 12.21. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- 12.22. Fornecer e manter recipientes no depósito temporário na **Unidade Presidente Dutra, Unidade Materno Infantil e, quando solicitado pela Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar, nos Anexos do Hospital Universitário da UFMA**, em quantidade suficiente para demanda, do tipo bombonas resistentes, rígidas e estanque químicas, com tampa rosqueável, adequado para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, devidamente identificados, conforme legislação vigente enquanto aguardar transporte para o destino final.
- 12.23. A contratada **deverá dispor de 02 (duas) balanças digitais, para pesagem prévia dos resíduos sem adição do peso das bombonas**, acompanhada de funcionário designado pela fiscalização a fim de confirmar o volume em quilogramas do material a ser tratado.
- 12.24. **A pesagem dos resíduos deverá ser realizada no local e no momento da coleta, sem adição do peso da bombona.**
- 12.25. Utilizar veículos especializados, licenciados pelo órgão competente e Vigilância Sanitária, conforme ABNT NBR 13221/03, NBR 12810/93, além de demais legislações vigentes.
- 12.26. Realizar a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- 12.27. Permitir ao gestor do contrato, fiscalizar os serviços, objeto deste Projeto Básico, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.
- 12.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, ferramentas e acessórios para execução dos serviços, sempre acompanhado do responsável técnico devidamente identificado.
- 12.29. **Pesar os resíduos coletados na sede da Contratante** que deverá providenciar para que essa informação seja apresentada mensalmente pelo Contratado, através de relatório com o quantitativo de bombonas e os quilos de cada tipo e subtipo dos resíduos correspondentes, diário e total no mês.
- 12.30. Mensalmente a Contratada deverá emitir relatório dos serviços realizados com discriminação da coleta diária de cada tipo e subtipo de resíduo, especificando o número de bombonas e o peso correspondente, e entregar aos fiscais, para validação e posterior liberação da emissão da Nota Fiscal.
- 12.31. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis a realização do trabalho contratado, sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação vigente, sendo que em caso de desconformidade com o objeto licitado todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros e outros custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil, correrão por conta da empresa contratada.
- 12.32. Apresentar **PLANO DE CONTINGÊNCIA** em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final do resíduo.
- 12.33. Apresentar laudo de controle de emissão de poluentes atmosférico, atendendo a normatização específica.
- 12.34. Facilitar mecanismo de comunicação com a contratante de modo a dar retorno imediato das solicitações feitas por meio eletrônico ou telefone, disponibilizando telefone fixo para contato.
13. **SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será permitida a subcontratação de todo ou de parte do serviço objeto desta licitação.
14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 14.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para a execução dos serviços a cargo da licitante vencedora.
- 14.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 14.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente do HUUFMA.
- 14.4. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o licitante vencedor.

- 14.5. Indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos serviços quando for o caso;
- 14.6. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;
- 14.7. Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados
- 14.8. Fornecer a contratada, Nota de Empenho/Ordem de Execução de Serviço com a definição do serviço a ser realizado, devidamente assinada por funcionário autorizado pelo Setor de Hotelaria Hospitalar do HUUFMA;
- 14.9. Receber da contratada Ordem de Serviço devidamente preenchida com relato dos serviços executados
- 14.10. Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da Contratada dando-lhe acesso às suas instalações;
- 14.11. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.

15. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, Nos termos do art. 40 da Lei 13.303/2016 e os Art. 102 e 103 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

15.2. O HU-UFMA deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma do art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

15.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I - **Gestão da Execução do Contrato:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

15.4. O HU-UFMA designará por meio de Portaria o(s) representante(s) que irá(ão) realizar a fiscalização dos serviços prestados, que irá(ão) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso

15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Art. 46 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017.

15.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

15.7. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do HUUFMA ou de seus agentes e prepostos.

15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.9. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2022.

16.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HU-UFMA.

17. CUSTO ESTIMADO

17.1. O Valor estimado, para os itens, terá como referência a pesquisa de preços realizada pelos membros da Comissão de Estudos Preliminares, conforme orienta a Instrução Normativa (IN) nº 05/2014, de 27 de junho de 2014 – SLTI/MPOG, alterada pela IN nº 03/2017, de 20 de abril de 2017. Foram utilizados os parâmetros previstos nos incisos I, III e IV do art. 2º da citada Normativa (Comprasnet através do Banco de Preços, site de domínio amplo e pesquisa direta com fornecedores).

18. PAGAMENTO

- 18.1. O HU-UFMA/EBSERH efetuará o pagamento à licitante vencedora, **até 30 (trinta) dias** após a prestação do serviço, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada e atestada pelo fiscal do contrato.
- 18.2. Em sendo detectado inconformidades no faturamento da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o CONTRATADO será notificado para corrigi-los no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a respectiva Nota Fiscal/Fatura será restituída a CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante. A devolução do documento fiscal não aprovado pelo Contratante em hipótese alguma servirá de pretexto para que o Contratado suspenda a execução dos serviços.
- 18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
- 18.4. A Nota Fiscal ou fatura correspondente à prestação dos serviços deverá indicar o valor de retenção para a Previdência Social – INSS, Imposto de Renda, CSLL, PIS, Cofins e ISS com base na IN 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, Manual do substituto tributário do imposto sobre serviços – ISS e Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998.
- 18.5. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- Não produziu os resultados acordados
 - Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 18.6. Antes do pagamento, o HUUFMA realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 18.7. Serão efetuadas as seguintes consultas;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa
 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 18.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991;
- 18.9. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 18.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.11. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 18.12. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.13. O HUUFMA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 18.14. - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - acumulado no período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 20.1. Comete infração administrativa a Contratada que, no decorrer da contratação:
- Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
 - Apresentar documentação falsa;
 - Comportar-se de modo inidôneo;
 - Cometer fraude fiscal;
 - Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- 20.2. Com fundamento nos artigos 82 e 84 da Lei nº Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- Advertência;
 - Multa aplicada em conformidade com a **Tabela - Percentual** para multa conforme apurado na Tabela das infrações descritas no subitem 20.8;
 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EBSERH, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 20.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.
- 20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.6. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação e o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme inciso III artigo 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh – RLCE.
- 20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao HU-UFMA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 20.7.1. Caso o HUUFMA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.8. O cálculo das multas poderá se basear na gradação prevista nas tabelas de infrações abaixo:

Tabela – Percentagem para Multa

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (em relação ao valor total do contrato)
1	0,06%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,4%
5	0,6%

6	1%
---	----

TABELA - INFRAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
3	Suspender ou interromper, em sua totalidade, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia
4	Subcontratar o serviço	6	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do HU-UFMA para fins diversos do objeto do contrato	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela equipe de fiscalização, sem motivo justificado	4	Por ocorrência
8	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do HU-UFMA	4	Por empregado e por dia
9	Reter documentos pessoais de seus empregados	3	Por ocorrência e por dia
10	Efetuar o pagamento de verbas trabalhistas em desacordo com a proposta apresentada ou determinação normativa, inclusive das Convenções Coletivas aplicáveis às categorias	5	Por ocorrência e por dia
11	Indicar preposto sem treinamento, qualificação e/ou remuneração compatíveis com a função	3	Por ocorrência e por dia
12	Demora injustificada no atendimento das solicitações emanadas da equipe de fiscalização	2	Por ocorrência e por dia

Para os itens seguintes, deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
13	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	1	Por empregado e por dia
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	3	Por ocorrência
15	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência
17	Cumprir determinação da equipe de fiscalização para controle de acesso de seus funcionários	1	Por ocorrência
18	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da equipe da fiscalização	4	Por ocorrência
19	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	4	Por empregado e por ocorrência
20	Efetuar o pagamento de salários, vale transportes, auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionada à execução do contrato nas datas avençadas	6	Por ocorrência e por dia
21	Entregar o uniforme aos funcionários no prazo estipulado no contrato	5	Por empregado

			e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	6	Por ocorrência e por dia
23	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização	4	Por ocorrência e por dia
24	Observar determinação da legislação trabalhista	6	Por ocorrência
25	Registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados	6	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer meios para que seus funcionários cumpram as tarefas gerais ou específicas previstas para cada posto de trabalho	1	Por ocorrência
27	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para execução dos serviços, quando necessário	4	Por empregado e por ocorrência
28	Cumprir as políticas de segurança do HUUFMA	2	Por ocorrência
29	Recolher as contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS	6	Por empregado e por ocorrência

20.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20.11. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação serão previstas no Edital.

21. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

21.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual com vigência de **36 (trinta e seis) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do Art. 71, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

21.2. A cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, a Contratante juntamente com a Contratada podem reunir-se para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente;

21.3. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, pode ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo, antes que se efetive a extinção do contrato.

21.4. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

21.5. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

21.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

21.6.1. O valor estiver acima do limite máximo fixado em ato normativo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços, para readequação ao referido limite;

21.6.2. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

21.6.3. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

21.6.4. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

21.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

22. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

23. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

23.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
5. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
6. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
7. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
8. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas.
9. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos e equipamentos elétricos.
10. Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas.

23.2. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

A. Materiais não recicláveis

23.3. São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados REJEITOS, como:

1. lixo de banheiro: papel higiênico, lenço de papel e; outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos - que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico;
2. lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado;
3. papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; pilhas - são acondicionadas em separado e enviadas para fabricante;

B. Materiais recicláveis

23.4. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores - VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável.

23.5. PRODUTOS DE LAVAGEM E SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos de lavagem e de higienização.
2. Utilizar racionalmente os produtos adotados, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade e livre de corantes.
3. Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.
4. Recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.

23.6. POLUIÇÃO SONORA

1. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db-A, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

24. QUANTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

24.1. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

24.1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

24.1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

24.1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

24.1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

24.1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

24.1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

24.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

24.2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

24.2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

24.2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

24.2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

24.2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

24.2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

24.2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

24.2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

24.2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

24.2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

24.2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

24.2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

24.2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

25. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

25.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

25.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

26. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

27. **RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO**

27.1. O presente "Projeto Básico" foi elaborado pela Unidade de Hospitalidade/Setor de Hotelaria Hospitalar do HUUFMA, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

São Luís – MA, 31 de março de 2022.

Fernando Pereira Marinho Júnior

Paulo Eduardo da Silva Aguiar

Nylciléia de Jesus Pereira

Chefe da Unidade de Hospitalidade

Edenilde Alves Dos Santos

Chefe do Setor de Hotelaria Hospitalar

28. APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

Diante dos Elementos Técnicos para a decisão, onde o Projeto Básico contém elementos capazes de propiciar a orientação necessária para a condução do Processo Licitatório.

Estando o processo de contratação na esfera pública regulamentado por normativas legais e visto o Termo de Referência ter os elementos necessários e determinantes para a análise;

Aprovamos o presente Projeto básico, nos termos da Portaria -SEI n.º 185, de 26 de maio de 2021.

*(Assinado Eletronicamente)***Allan Kepler Gonçalves Lago Messias****Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar***(Assinado Eletronicamente)***Eurico Santos Neto****Gerente Administrativo**

Documento assinado eletronicamente por **Nylcileia de Jesus Pereira, Chefe de Unidade**, em 12/04/2022, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan Kepler Gonçalves Lago Messias, Chefe de Divisão**, em 12/04/2022, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20834949** e o código CRC **DD918C3A**.

Referência: Processo nº 23523.033366/2021-02 SEI nº 20834949

Criado por [nylcileia.pereira](#), versão 4 por [nylcileia.pereira](#) em 12/04/2022 13:02:12.